

Indicadores de Desempenho da Atenção Básica nos Municípios da 8ª Região de Saúde do Rio Grande Do norte

Maria Luísa Medeiros Brito¹

Gilson Carlos Fernandes Júnior¹

Railson Luís dos Santos Silva¹

Raquel de Souza Borges¹

Yúri de Araújo de Cunha¹

Alanny Estefanny de Melo Bandeira¹

Luciane Paula Batista Araújo de Oliveira²

RESUMO

Objetivo: Analisar os indicadores de desempenho dos municípios da 8ª Região de Saúde do Rio Grande do Norte, por meio do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). **Método:** Estudo exploratório-descritivo, de abordagem quantitativa, a partir de dados disponíveis no SISAB, para avaliação dos indicadores em saúde dos 12 municípios que compõem a 8ª Unidade Regional de Saúde Pública (URSAP) do Rio Grande do Norte. A coleta de dados ocorreu em setembro de 2022 e o período analisado correspondeu ao primeiro quadrimestre de 2022. Os dados coletados foram inseridos em uma planilha no software Microsoft Excel (2010), onde a síntese desses achados foi inserida em tabelas descritas e, em seguida, foram comparados e analisados em relação ao alcance das metas estabelecidas pelo Previne Brasil. **Resultados:** Como resultados obtidos, têm-se que, para os indicadores de pré-natal, gestantes com realização de exames para sífilis e HIV, atendimento odontológico para gestantes, mulheres com coleta de citopatológico, são alcançados por parte dos municípios. Já referente à proporção de pessoas que tem acompanhamento das patologias hipertensão e diabetes são insatisfatórios, além de que a vacinação completa de todas as crianças de um ano de idade deixa a desejar. **Conclusão:** Por fim, de maneira geral, pôde-se observar que os municípios apresentam indicadores variáveis e a avaliação desses são fundamentais para ampliar a qualidade no atendimento à população, pois são ferramentas imprescindíveis para a gestão e avaliação situacional de saúde.

Palavras-chaves: Indicadores de Saúde. Atenção Básica. Gerência.

¹ Estudante do curso de graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Enfermeira, Doutora em Enfermagem. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

Objective: To analyze the performance indicators of the municipalities of the 8th Health Region of Rio Grande do Norte, through the Health Information System for Primary Care (SISAB). **Method:** An exploratory-descriptive study, with a quantitative approach, based on data available at SISAB, to assess health indicators in the 12 municipalities that make up the 8th Regional Public Health Unit (URSAP) in Rio Grande do Norte. Data collection took place in September 2022 and the period analyzed corresponded to the first four months of 2022. The collected data were entered into a spreadsheet in Microsoft Excel (2010) software, where the synthesis of these findings was inserted into described tables and then, were compared and analyzed in relation to the achievement of the goals established by Previne Brasil. **Results:** As results obtained, for the prenatal indicators, pregnant women with tests for syphilis and HIV, dental care for pregnant women, women with cytopathological collection, are reached by the municipalities. Regarding the proportion of people who are monitored for hypertension and diabetes pathologies, they are unsatisfactory, in addition to the fact that the complete vaccination of all one-year-old children leaves something to be desired. **Conclusion:** Finally, in general, it was possible to observe that the municipalities present variable indicators and the evaluation of these are fundamental to increase the quality of service to the population, as they are essential tools for the management and situational assessment of health.

Keywords: Health Indicators. Basic Attention. Management.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, garante que a saúde é um direito universal e que deve ser garantida pelo Estado. Com isso, a saúde torna-se um dos direitos sociais fundamentais para todos os cidadãos (1). Diante disso, o gerenciamento de recursos públicos deve ser pautado na adoção de medidas que possibilite o seu uso eficiente, tendo em vista que o gerenciamento ineficaz desses recursos se apresenta como um obstáculo ao combate da desigualdade e impossibilita promoção de equidade em saúde, assim como preconizado pela lei orgânica da saúde (2, 3).

Nesse cenário, com o intuito de detecção e correção de disformidades, faz-se imprescindível o planejamento e monitoramento contínuo dos serviços de saúde fornecidos (2). Para a administração, principalmente na gestão em saúde, o acompanhamento de dados se torna indispensável que tange o acompanhamento das ações desenvolvidas, possibilitando assim, o resultante das ações, bem como a promoção da transparência dos recursos públicos - municípios que apresentam níveis de transparência mais elevados apresentam melhores indicadores de sua gerência (4). Por isso, o “Previne Brasil” preconiza o destino de recursos

financeiros para aqueles municípios que produzem serviços registrados com qualidade, processados e encaminhados de maneira correta.

Desde a Norma Operacional Básica de 1996 (NOB-SUS 96), os municípios passaram a ter papel decisório nas demandas de saúde em seus territórios - deixando de ser apenas coletores de informações, para tornarem-se agentes na tomada de decisões e elaboração de políticas públicas. Dessa forma, as informações necessitam apresentar maior confiabilidade e que estejam de fácil acesso para contribuir com o trabalho dos profissionais e gestores (5,6).

Em vista disso, a Gestão de Informação (GI) em serviços de saúde, ao reunir dados e relacioná-los entre si, tornando-os indicadores de saúde, proporciona ao gestor a competência de dar significado às informações, empregando-os como suporte ao planejamento estratégico e transformando-os em importantes mecanismos para a gestão em saúde e a administração pública. (4,6,7).

O monitoramento contínuo de informações essenciais, assim como são os indicadores de saúde, deve ocorrer sistematicamente pelos gestores e profissionais, tanto para a gerência dos serviços quanto para os processos organizativos de suas práticas na saúde (8,9). Além de que o uso de dados dinamiza a gestão ao proporcionar às políticas públicas em saúde o controle dos recursos financeiros e administrativos (10).

Assim, a GI ineficiente de recursos e a tomada de decisões equivocadas acarretam impactos significativos a todos os cidadãos, além de aprofundar as desigualdades sociais que se caracterizam como injustiças (2,10).

Portanto, o presente trabalho objetivou-se analisar de maneira comparativa, os indicadores de desempenho dos 12 municípios da 8ª Unidade Regional de Saúde Pública (URSAP) do estado do Rio Grande do Norte para o primeiro quadrimestre de 2022, com as metas estipuladas pelo SISAB em relação a cada categoria, a fim de estimar quais indicadores não obtiveram desempenho satisfatório em consonância ao estabelecido.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem quantitativa, que teve como fonte de informações o Sistema de Informação em Atenção Básica (SISAB), para avaliação dos indicadores em saúde dos 12 municípios que compõe a 8ª Unidade Regional de Saúde Pública (URSAP) do Rio Grande do Norte para o primeiro quadrimestre de 2022.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma atividade do componente curricular A gerência do processo de trabalho da enfermagem em rede básica de saúde, do curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Na divisão de temas entre os grupos de discentes, os autores do presente trabalho ficaram responsáveis pela análise dos dados da região de saúde já citada.

A primeira etapa consistiu em identificar nas páginas oficiais da Secretaria Estadual de Saúde do RN, a lista de municípios que fazem parte da 8ª URSAP. Os 12 municípios que compõem a 8ª Unidade Regional de Saúde Pública (URSAP) do estado do RN são: Alto do Rosario; Rodrigues; Angicos; Carnaúbas; Pendências; Fernando Pedrosa; Açu; Paraú; Porto do Mangue; Afonso Bezerra; Itajá; Ipanguaçu e São Rafael.

Dessa forma, seguiu-se para a segunda etapa, de realização de buscas no SISAB inserindo, para cada município, a consulta a cada um dos sete indicadores de desempenho e dos seguintes critérios: nível de visualização - estadual; opção de quadrimestre - 2022 Q1; visão das equipes – considerar todas as equipes do município.

Ressalta-se que, neste estudo, foram considerados os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil, publicados na Nota Técnica nº12/2022-SAPS/MS, quais sejam: proporção de gestantes com pelo menos seis consultas de pré-natal realizadas até a 12ª semana de gestação; proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV; proporção de gestantes com atendimento odontológico realizados; proporção de mulheres com coleta de citopatológico na Atenção Primária à Saúde; proporção de crianças de 1 ano vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *Haemophilus influenzae* tipo b e poliomielite inativa; proporção de pesos com hipertensão, com consultas e pressão artéria aferidas no semestre e proporção de pessoas com diabetes, com consultas e hemoglobina glicada solicitadas no semestre (11) .

Os dados coletados foram inseridos em uma planilha no software Excel e, em seguida, foram comparados e analisados em relação ao alcance das metas estabelecidas pelo Previne Brasil. A síntese desses achados foi inserida em tabelas descritivas, as quais serão apresentadas e discutidas de acordo com a literatura científica na seção a seguir.

Figura 1: Municípios que compõe a 8ª Regional de Saúde do Rio Grande do Norte



Fonte: Imagem pública do Google.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos indicadores de saúde dos doze municípios pertencentes à oitava região de saúde do Rio Grande do Norte, é possível observar, a partir das metas indicadas pelo SISAB, se os municípios estão atingindo as porcentagens esperadas para cada um dos sete indicadores, como mostrado na tabela abaixo.

Tabela 1: Metas dos indicadores de pagamento por desempenho conforme programa Previne Brasil vigentes no ano de 2022. Santa Cruz, RN, Brasil, 2022.

Pré-Natal (6 consultas) (%)	Pré-Natal (Sífilis e HIV) (%)	Gestantes Saúde Bucal (%)	Cobertura Citopatológico (%)	Cobertura Pólio e Penta (%)	Hipertensão (PA Aferida) (%)	Diabetes (Hemoglobina Glicada) (%)
≥45%	≥60%	≥60%	≥40%	≥95%	≥50%	≥50%

Fonte: Própria dos autores com base no SISAB (<https://sisab.saude.gov.br/>).

Com base nisso, a meta do primeiro indicador, pré-natal, que busca avaliar a proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a primeira até a décima segunda semana da gestação, é alcançada pelos municípios de Itajá, Angicos, Alto do Rodrigues e Pendências, enquanto Carnaubais, Ipanguaçu e Porto do Mangue encontram-se abaixo de 40% da meta. Um percentual discrepante chama a atenção no município de Paraú, onde os atendimentos ao pré-natal constam 0%.

Análogo a esse aspecto, a proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV também é elevada nos municípios que alcançaram o primeiro indicador, com acréscimo de Fernando Pedroza, Afonso Bezerra e São Rafael, este último, atingindo a maior porcentagem neste indicador, o que pode revelar que as consultas de pré-natal nesses municípios, mesmo não atingindo o número mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde, acontecem de forma eficaz, tendo em vista que a triagem para HIV e sífilis são realizadas usualmente no primeiro trimestre da gestação (12).

De acordo com o Ministério da Saúde, todas as gestantes e seus respectivos parceiros devem realizar o rastreio para IST durante o pré-natal, e ainda, no caso de parturientes com HIV, sífilis ou hepatite B, devem ser informadas e orientadas quanto a transmissão vertical e seus potenciais riscos durante a gestação e o puerpério (13), o que evidencia a importância desses municípios em atingir as metas estipuladas pelo SISAB.

Ainda em relação às gestantes, o terceiro indicador mostrou que o atendimento odontológico se destacou nos municípios de Itajá, com 92%, Angicos, com 85%, e Pendências e Paraú, com 77%, em contrapartida ao município de Porto do Mangue, com apenas 7% das gestantes sendo cobertas por tal atendimento.

Tal resultado torna-se preocupante devido ao impacto causado no periodonto das gestantes em decorrência do aumento nos níveis de estrogênio e progesterona neste período, o que pode levar ao desenvolvimento da periodontite - inflamação destrutiva -, e consequentemente a uma bacteremia recorrente (18), deixando as gestantes susceptíveis a complicações gestacionais como parto prematuro, nascimento de recém-nascidos de baixo peso e pré-eclâmpsia, tendo em vista que a infecção poderia provocar aumento de citocinas inflamatórias no sangue materno, por liberação direta da bolsa periodontal ou por disseminação de bactérias patogênicas, induzindo sua produção sistêmica, e acarretando assim tais complicações (15).

Torna-se evidente, o quarto indicador, referente a proporção de mulheres com coleta de citopatológico na Atenção Primária à Saúde, que não é atingido em nenhum dos municípios da oitava região de saúde do Rio Grande do Norte, impedindo assim, a contribuição significativa para a prevenção da saúde da mulher com a realização desse exame, que permite a descoberta inicial do câncer de colo nas mulheres assintomáticas, bem como a detecção de alterações nas células do colo do útero (16).

Em relação ao sexto e ao sétimo indicadores, que mostram, respectivamente, a proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre, e, a proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre, as metas também não são atingidas por nenhum dos doze municípios, ficando a maioria abaixo de 40% na meta estabelecida de apenas 50% para os dois parâmetros acima analisados, salientando-se o município de Porto do Mangue com percentuais abaixo de 10% nos três indicadores – quarto, sexto e sétimo indicador.

Para as pessoas com hipertensão, a não utilização das consultas de rotina pode associar-se ao surgimento e a manutenção da baixa adesão ao tratamento medicamentoso e do descontrole pressórico, que podem desencadear crises hipertensivas e complicações cerebrovasculares, como acidente vascular cerebral e infarto agudo do miocárdio (17).

Enquanto, para as pessoas com diabetes, é importante enfatizar que o diabetes mellitus com índices glicêmicos descompensados em um longo período de tempo provocam danos e lesões irreversíveis em diversos órgãos, especialmente nos rins, olhos, coração e vasos sanguíneos (18). Ademais, as complicações crônicas do diabetes mellitus tipo 2 são as principais causas de morbimortalidade e incapacidade física e funcional, e são capazes de provocar a neuropatia diabética, a retinopatia e a nefropatia, o que poderia ser evitado por meio do acompanhamento de rotina com as consultas na APS, fato esse, que não está ocorrendo nos municípios da 8ª região de saúde do Rio Grande do Norte. Com essa maior participação da APS, seria possível ainda, exercer a promoção à saúde dessas pessoas, incentivando as mudanças no estilo de vida e a prática regular de atividades físicas, fortalecendo o controle da glicemia e, conseqüentemente, a diminuição dos fatores de risco.

Por fim, na análise dos indicadores de saúde da oitava região, merece destaque o município de Fernando Pedroza no alcance de 100% da cobertura Polio e Penta, o que

demonstra a vacinação completa de todas as crianças de um ano de idade vacinadas na Atenção Primária à Saúde contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *Haemophilus influenzae* tipo b e Poliomielite inativada, sendo o único município da oitava região a atingir a meta do quinto indicador de saúde do primeiro quadrimestre de 2022, de acordo com o SISAB.

Tabela 2: Indicadores de saúde dos municípios da oitava região de saúde do Rio Grande do Norte pelo SISAB. Santa Cruz, RN, Brasil, 2022.

Município	Pré-Natal (6consultas) (%)	Pré-Natal (Sífilis e HIV) (%)	Gestantes Saúde Bucal (%)	Cobertura Citopatológico (%)	Cobertura Pólio e Penta (%)	Hipertensão (PA Aferida) (%)	Diabetes (Hemoglobina Glicada) (%)
ALTO DO RODRIGUES	46	85	67	17	74	24	19
ANGICOS	54	74	85	29	66	19	22
CARNAUBAIS	3	35	44	13	22	3	14
PENDÊNCIAS	45	72	77	25	71	10	2
FERNANDO PEDROZA	42	75	42	28	100	27	16
PARAÚ	0	46	31	13	50	12	6
AÇU	24	46	31	13	50	12	6
PORTO DO MANGUE	17	40	7	7	41	7	2
AFONSO BEZERRA	43	70	46	16	66	13	6
ITAJÁ	65	54	92	21	76	20	9
IPANGUAÇU	10	38	41	16	44	11	26
SÃO RAFAEL	23	86	37	30	77	21	16

Fonte: Própria dos autores com base no SISAB (<https://sisab.saude.gov.br/>).

A partir dos indicadores de saúde analisados dos doze municípios pertencentes a 8ª URSAP, é possível observar que oito deles estão abaixo da meta quanto à realização das seis consultas de pré-natal; 50% das gestantes realizaram os exames para sífilis e HIV, enquanto 50% não realizaram; sete municípios não atingiram a meta de gestantes com realização do acompanhamento odontológico, em contrapartida, destacando-se Itajá com 92% da meta atingida; a cobertura Polio e Penta demonstra-se preocupante em virtude de mais da metade municípios se encontrarem abaixo de 70% no alcance da meta de 95% na proporção de crianças de 1 (um) ano vacinadas na APS; quanto à proporção de mulheres com coleta de

citopatológico, e o acompanhamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), nesse caso, diabetes e hipertensão, as metas não são alcançadas por parte de nenhum dos municípios da 8ª região de saúde, de acordo com o SISAB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, tendo em vista a fundamentação apresentada, fica evidente que os indicadores de saúde, como ferramenta imprescindível para a gestão e avaliação da situação de saúde, são essenciais para ampliar a qualidade do atendimento à população, uma vez que servem de base para o planejamento e tomada de decisões. Assim, as ações promovidas pela gestão estariam mais organizadas e pautadas na realidade das condições de seus usuários.

Assim sendo, a utilização da GI permite compreender as necessidades de cada território, ajudando a promover a saúde das populações com base nas suas especificidades e prioridades locais. Além disso, possibilita a melhoria dos percentuais que estão abaixo das metas dos indicadores de pagamento por desempenho conforme o Previner Brasil, sendo fundamental para a garantia do repasse das transferências financeiras para os municípios, e consequentemente para a ampliação da qualidade da assistência à população.

Portanto, de maneira geral, pode-se observar que os municípios apresentam indicadores variáveis e a avaliação desses, são fundamentais para ampliar a qualidade no atendimento à população, pois são ferramentas imprescindíveis para a gestão e avaliação situacional de saúde.

Ainda assim, visto que como o estudo não investigou a dificuldade no alcance nas metas desses indicadores, ou as dificuldades que surgem no preenchimento desses, não temos como dizer que foi apenas por negligência. Outros estudos são necessários para acompanhar e analisar os fatores responsáveis pelos baixos indicadores no período apreciado.

REFERÊNCIAS

1. Souza WA, Mexko S, Benelli J. Política de Assistência Social e Processo de Estratégia de Hegemonia no Brasil. **Psicol. cienc. prof.** [Internet]. 2022; 42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003232592..>
2. Santos RR, Rover S. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **RAP** [Internet]. 2019; 53(4):732-752. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180084.>
3. Brasil. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Brasil, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 22 set. 2022.
4. Nirazawa AN, Oliveira SVWB. Indicadores de saneamento: uma análise de variáveis para elaboração de indicadores municipais. **RAP** [Internet]. 2018; 52(4): 753-763. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612168118.>
5. Ministério da Saúde (BR). Portaria MS/GM n.º 2.203/1996. Norma Operacional Básica – SUS 01/96: gestão plena com responsabilidade pela saúde da população. Brasília, DF; 1996. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203_05_11_1996.html.
6. Pinheiro ALS, Andrade KRS, Silva DO, Zacharias FCM, Gomide MFS, Pinto IC. Gestão da Saúde: o uso dos sistemas de informação e o compartilhamento de conhecimento para a tomada de decisão. **Texto Contexto Enferm** [Internet]. 2016; 25(03). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072016003440015>
7. Santos BRP, Biaggi C, Damian IPM. Atuação da gestão da informação na área da saúde: uma análise da produção científica em âmbito nacional. **REBECIN** [Internet]. 2019; 6: 31-42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072016003440015.>
8. Martins LMP, Silva EM, Marques D. Informações em saúde na ótica de enfermeiras da saúde da família. **REME Ver Min Enferm** [Internet]. 2016; 20. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20160002.>
9. Oliveira LCP, Faleiros SM, Diniz EH. Sistemas de informação em políticas sociais descentralizadas: uma análise sobre a coordenação federativa e práticas de gestão. **RAP** [Internet]. 2015; 49(1): 23-46. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121675.>
10. Brasil. Portaria nº 570, de 01 de julho de 2000. Brasília: Brasil, Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0570_01_06_2000_rep.html. Acesso em: 20 set. 2022.
11. Ministério da Saúde (BR). Nota Técnica nº 12/2022-SAPS/MS. Indicadores de Pagamento por Desempenho do Programa Previne Brasil (2022) de que trata a Portaria GM/MS nº 102, de 20 de janeiro de 2022, que alterou a Portaria GM/MS nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do

Programa Previne Brasil. Disponível em: <https://www.cosemses.org.br/previne-brasil-atualizacao-notas-tecnicas-2022/> Acesso em 19 set. 2022.

12. Júnior Renato, Nomura Marcelo, Politano Gabriel. Doença periodontal e complicações obstétricas: há relação de risco?. Prevenção da transmissão vertical [Internet]. 2007 I 10.1590/S0100-72032007000700008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/dhkt85hBtBMLxfWkxPbh6xx/?format=pdf&lang=pt>.

13. Prevenção da transmissão vertical [Internet]. Ministério da Saúde: Brasil; 2022. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis; [cited 2022 Sep 22]; Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/transmissao-vertical/prevencao-da-transmissao-vertical#:~:text=A%20transmiss%C3%A3o%20vertical%20ocorre%20quando,alguns%20casos%20durante%20toda%20amamenta%C3%A7%C3%A3o>.

14. Caderneta de Atenção Básica: Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco [Internet]. Ministério da Saúde; 2012. Pré-Natal; [cited 2022 Sep 21]; Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf.

15. Júnior Renato, Nomura Marcelo, Politano Gabriel. Doença periodontal e complicações obstétricas: há relação de risco?. Prevenção da transmissão vertical [Internet]. 2007 [cited 2022 Sep 22];7 DOI 10.1590/S0100-72032007000700008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/dhkt85hBtBMLxfWkxPbh6xx/?format=pdf&lang=pt>.

16. Pappen M, Pappen E, Martins VA. A importância do exame citopatológico na prevenção do câncer de colo do útero. **RSDA** [Internet]. 2017;2(1). Disponível em: <https://revista.domalberto.edu.br/revistadesaudedomalberto/article/view/162>

17. Barreto MS, Cremonesi IZ, Matsuda LM, Janeiro V, Marcon SS. Prevalência de não adesão à farmacoterapia anti-hipertensiva e fatores associados. **Rev Bras Enferm.** 2015; 68(1):60-67. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680109>.

18. Caderneta de Atenção Básica: Estratégia Para Cuidado da Pessoa com doenças crônica [Internet]. Ministério da Saúde; 2013. Diabetes Mellitus; [cited 2022 Sep 21]; Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_diabetes_mellitus_cab36.pdf